



1º Simulado de nivelamento **para Delegado**

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021
Simulado Nivelamento Delegado

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas nos concursos para Delegado;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Nivelamento-Delegado-04-12>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. Sobre os Princípios Fundamentais e os Direitos e Garantias Fundamentais elencados na Constituição Federal, escolha a alternativa correta:

- a) A concessão de asilo político a estrangeiro perseguido politicamente em seu país de origem é um exemplo de direito fundamental cuja titularidade é só de estrangeiro, não obstante a universalidade seja uma das principais características dos direitos fundamentais.
- b) A Constituição Federal, ao elencar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil, quis, sobretudo, elevar o trabalho ao condão de direito social, a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania plena.
- c) A Constituição Federal, ao redemocratizar o Estado, trouxe uma ampla e irrestrita liberdade de consciência, de forma que não se pode restringir, sob risco de se configurar a censura, a manifestação de opiniões, mesmo que propagadoras do antissemitismo.
- d) O exercício de trabalho ou de profissão, no Brasil, está condicionado à existência de lei regulamentadora, que estabeleça as qualificações profissionais necessárias. Compete privativamente à União a regulamentação de profissões.
- e) A construção de uma sociedade livre, justa e igualitária constitui um dos objetivos da República Federativa do Brasil.

02. O artigo 134, § 1º, da Constituição Federal dispõe que lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos. Essa norma

constitucional, conforme doutrina clássica, é de eficácia

- a) limitada, declaratória de princípio institutivo.
 - b) contida e aplicabilidade diferida.
 - c) limitada, declaratória de princípio programático.
 - d) contida e aplicabilidade imediata.
 - e) plena e aplicabilidade direta e imediata.
- 03.** Acerca dos conceitos, das classificações e da Constituição Federal de 1988 (CF/88), indique a opção correta.
- a) Constituições cesaristas são aquelas impostas, criadas sem a participação popular.
 - b) Quanto ao modo de elaboração, a CF/88 é classificada como dirigente.
 - c) Conquanto as constituições históricas sejam juridicamente flexíveis, sob o aspecto político, são normalmente rígidas.
 - d) Constituição, na definição de Hans Kelsen, corresponde a uma decisão política fundamental.
 - e) No sentido sociológico, as constituições são normas puras, puro dever ser, puro dever fazer.

04. A respeito do poder derivado reformador, indique a alternativa correta.

- a) Apenas o Presidente da República e um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal têm iniciativa no processo legislativo das emendas à Constituição.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição para ser aprovada depende da aprovação em dois turnos de votação em cada Casa do Congresso Nacional, com quórum de maioria qualificada de dois terços em cada turno em cada Casa.
- c) Por força do princípio da irrepetibilidade, matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, salvo mediante solicitação da maioria absoluta dos

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal não poderá ser emenda durante o ano eleitoral. Trata-se de limitação circunstancial ao poder de reforma da Constituição.

e) No processo legislativo das emendas à Constituição, a única participação do Presidente da República é na iniciativa, porque não é dada ao Chefe do Executivo a competência para sancionar, promulgar e publicar emenda, diferentemente do que se dá no processo de criação das leis.

05. Acerca das ações constitucionais, dos direitos e garantias fundamentais e da ordem social, assinale a alternativa correta.

a) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o direito à gratuidade da tarifa de transporte público dos idosos maiores de 65 anos é norma constitucional de eficácia limitada, de modo que sua aplicabilidade só se deu após a entrada em vigor do estatuto do idoso.

b) A utilização de lugares abertos ao público para o exercício do direito de reunião está condicionada aos seguintes requisitos: fim pacífico; ausência de armas; prévia autorização do Poder Público e não frustração de outra reunião previamente agenda para o mesmo dia, lugar e horário.

c) Cabe *habeas corpus* para impedir a quebra de sigilo de dados em processo judicial criminal.

d) O *habeas corpus* é medida idônea para fazer cessar, no processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, ofensa ao devido processo legal.

e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional.

06. Com relação à organização dos poderes, à Luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e da redação da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

a) Conquanto as comissões parlamentares de inquérito (CPI) possuam poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, a CPI municipal não tem a prerrogativa para quebrar diretamente o sigilo bancário de seus investigados, porque município não tem Poder Judiciário.

b) Uma legislatura corresponde a um período de quatro anos. As sessões legislativas no âmbito federal acontecem no período de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1.º de agosto a 22 de dezembro. Durante o recesso parlamentar, a contagem do prazo de validade da medida provisória fica suspensa.

c) Deputados e senadores têm sistema diferente de eleição. Os deputados são eleitos em conformidade com o sistema proporcional; já os senadores pelo sistema majoritário. Assim, será eleito deputado o candidato mais votado nas urnas de seu respectivo Estado.

d) Conquanto a Constituição Federal fixe a competência originária do Supremo Tribunal Federal para processar e julgar deputados federais e senadores por crime de responsabilidade, o foro por prerrogativa de função, segundo o STF, está limitado a crimes praticados no exercício do mandato e na qualidade de parlamentar.

e) em razão do sistema presidencialista de governo adotado no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Pelo fato de ser Chefe de Estado, possui imunidade formal que impede a sua prisão, salvo se em decorrência de sentença criminal condenatória.

07. Acerca do Poder Judiciário e do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios, pelos Tribunais Regionais Federais e pelos Tribunais de Justiça quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- b) É obrigatória a promoção do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas na lista de merecimento.
- c) O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria absoluta de seus membros, poderá negar seguimento a recurso extraordinário por falta de repercussão geral.
- d) A chamada regra do quinto constitucional é aplicada aos tribunais em geral, com exceção do Supremo Tribunal Federal, dos tribunais eleitorais e do Superior Tribunal Militar.
- e) Na promoção por antiguidade, o tribunal não tem meios de recusar a promoção do juiz mais antigo, salvo se estiver retardando injustificadamente os autos.

08. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo posicionamento majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição, de maneira que

haveria uma limitação material implícita ao poder de reforma da Constituição quanto à matéria.

- b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.
- c) Os membros do Ministério Público, os Defensores Públicos e os membros da advocacia – geral da União devem ser remunerados por meio de subsídio.
- d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.
- e) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

09. O Município de Maceió editou lei que afrontava dispositivo expresso da Constituição de Alagoas, de reprodução obrigatória da Constituição Federal e nos seus exatos termos. Considerando a situação hipotética, indique a alternativa que indica corretamente a ação cabível e o órgão judicial competente para processá-la e julgá-la.

- a) Ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo Tribunal Federal.
- b) Ação civil pública e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- c) Ação direta de inconstitucionalidade e o juízo de Fazenda Pública de Maceió.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade e o Tribunal de Justiça de Alagoas.
- e) Arguição de descumprimento de preceito fundamental e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

10. A respeito da repartição de competências legislativas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa incorreta:

- a) A Lei distrital que proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet é constitucional, pois embora seja da competência da União legislar sobre telecomunicações, a competência para dispor sobre os direitos do consumidor é concorrente.
- b) Lei estadual que autoriza policiais militares utilizarem em serviço armas apreendidas é inconstitucional, tendo em vista que compete à União autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.
- c) Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde, é inconstitucional, porque compete à União legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria.
- d) É inconstitucional lei distrital que concede gratificação por risco de vida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, porque compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- e) É inconstitucional a lei estadual que obriga a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Bruno Betti

11. De acordo com a Lei nº 14.133/21, marque a assertiva correta:

- a) Assim como a Lei nº 8.666/93, a Lei 14.133/21 exige a realização de audiência pública antes da publicação do edital da licitação
- b) Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação deverá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- c) A concorrência é a modalidade de licitação que poderá ser usada para alienação de bens públicos, utilizando o maior lance como critério de julgamento.
- d) Nas dispensas de licitação por valores não há a obrigatoriedade de se realizar o procedimento de justificação.
- e) É inexigível a licitação para a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

12. Marque a assertiva correta, tendo como base os entendimentos doutrinários acerca dos Atos Administrativos:

- a) A imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo ocorrerá sem a autorização do Poder Judiciário.
- b) O elemento motivação consiste nas razões de fato e de direito que determinaram a prática do ato administrativo.

- c) O Direito brasileiro admite a chamada motivação aliunde.
- d) Acerca da nulidade dos atos administrativos, o Direito Administrativo pátrio adota a teoria monista de nulidades.
- e) A revogação recai sobre atos administrativos ilegais.

13. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.
- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.
- e) descentralização ocorre sempre que se cria um novo órgão com plexo de atribuições próprias, o que se insere na competência normativa e regulamentar do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.

14. No que tange ao Poder de Polícia, marque a assertiva correta:

- a) É possível a delegação do poder de polícia a particulares, integrantes ou não da Administração Pública.
- b) A única fase do ciclo de polícia que, por sua natureza, é absolutamente indelegável é a ordem de polícia.
- c) O Poder de polícia se manifesta de maneira vinculada.
- d) Do poder de polícia é possível haver a cobrança de imposto.
- e) A atuação da polícia administrativa recai sobre o indivíduo.

15. Marque a assertiva correta, no que tange à desapropriação:

- a) Não configura desapropriação indireta quando o Estado limita-se a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível
- b) O prazo de ajuizamento da desapropriação indireta é de 20 (vinte) anos.
- c) Em ação de desapropriação indireta não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.
- d) O direito de extensão não é admitido pela jurisprudência do STJ.
- e) Os Estados não podem desapropriar imóveis rurais, de modo que apenas a União poderá fazê-lo.

16. No que tange à parceria público-privada, considerando os termos da Lei nº 11.079/2004, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- b) Concessão patrocinada é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- c) A contratação de parceria público-privada não se aplica às sociedades de economia mista.
- d) Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão e permissão, nas modalidades patrocinada ou administrativa.
- e) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

17. Em relação aos bens públicos, é correto afirmar:

- a) A desafetação suprime a finalidade pública de um bem, eliminando algum de seus atributos, como o da disponibilidade, transformando, assim, um bem de uso comum do povo em um bem de uso especial.
- b) A afetação de um bem a um serviço público somente pode ser feita por meio de lei, não podendo ser feita por ato administrativo nem pelo mero uso do bem.
- c) É possível haver sequestro de valores nas contas de ente público, por meio de comando judicial, quando a pretensão visa a assegurar direitos fundamentais, como educação e saúde.
- d) Os bens públicos não estão sujeitos à prescrição aquisitiva, salvo os dominicais.

e) A alienação de bens públicos móveis inservíveis, embora dispensada a autorização legislativa e a demonstração do interesse público a justificar o ato, está condicionada à modalidade licitatória de concorrência.

18. De acordo com os recentes posicionamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, marque a assertiva incorreta:

- a) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito, quando os exames são cancelados por indícios de fraude
- b) Os servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, como regra.
- c) Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal.
- d) Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- e) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

19. Considerando a doutrina e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores acerca do

regime jurídico-administrativo e do princípio constitucional da legalidade na administração pública, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade veda à administração a prática de atos inominados, embora estes sejam permitidos aos particulares.
- b) Em virtude do princípio da reserva legal, a administração pública deve fazer o que está prescrito em lei e abster-se de atuar quando a lei proibir.
- c) A utilização de prova emprestada nos processos administrativos disciplinares ofende o princípio da legalidade.
- d) Apesar de estar submetida à legalidade estrita, a administração pública poderá interpretar normas de maneira extensiva ou restritiva com relação aos direitos dos particulares quando não existir conteúdo legal expresso.
- e) Aplica-se a teoria do fato consumado no caso de remoção de servidor público para acompanhar cônjuge em virtude de decisão judicial liminar, ainda que a remoção não se ajuste à legalidade estrita.

20. Acerca da organização administrativa e seus institutos, marque a assertiva correta:

- a) desconcentração e a descentralização pressupõem a criação de novos entes, com personalidade jurídica própria, no primeiro caso para execução direta e, no segundo, para execução indireta de atividades públicas.
- b) descentralização por colaboração é utilizada precipuamente para transferência da titularidade de serviços públicos para a iniciativa privada ou organizações do terceiro setor, mediante delegação operada pelos institutos da concessão ou permissão.
- c) criação de órgãos públicos é uma expressão da desconcentração, de modo a gerar uma

hierarquia entre os órgãos criados dentro da mesma entidade.

- d) desconcentração pressupõe a criação de outros entes públicos ou privados, integrantes da estrutura administrativa, enquanto a descentralização refere-se à mera realocação de competências dentro da estrutura existente.
- e) descentralização ocorre sempre que se cria um novo órgão com plexo de atribuições próprias, o que se insere na competência normativa e regulamentar do Chefe do Executivo para dispor sobre organização administrativa.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

21. Acerca do direito penal e do poder punitivo, assinale a opção correta.

- a) O garantismo penal impede a intervenção punitiva do Estado, o qual deverá exercer função exclusivamente preventiva e garantidora das liberdades individuais.
- b) O direito penal do autor poderá servir de fundamento para a redução da pena quando existirem circunstâncias pessoais favoráveis ao acusado.
- c) O direito penal do ato tem como característica a ampliação da tipicidade do crime para atingir também os atos preparatórios e os de tentativa.
- d) No direito penal do inimigo, a sanção penal é aplicada com extremo rigor e objetiva punir o inimigo de modo exemplar por atos cometidos, sem, contudo, relativizar ou suprimir garantias processuais.
- e) A criminalização secundária tem como características a igualdade e a abstração, uma vez que a lei penal é genérica e a todos dirigida.

22. Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, é CORRETO afirmar:

- a) A responsabilidade pela indenização do prejuízo que foi causado pelo crime imputado ao agente não pode ser estendida aos seus herdeiros sem que haja violação do princípio da personalidade da pena.
- b) Conforme o princípio da culpabilidade, a responsabilidade penal é subjetiva, pelo que nenhum resultado penalmente relevante pode ser atribuído a quem não o tenha produzido por dolo ou culpa, elementos finalisticamente localizados na culpabilidade.
- c) O princípio da insignificância funciona como causa de exclusão da culpabilidade, sendo requisitos de sua aplicação para o STF a ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação e a inexpressividade da lesão jurídica.
- d) O princípio da legalidade, do qual decorre a reserva legal, veda o uso dos costumes e da analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes, embora permita a interpretação analógica da norma penal.
- e) Em razão do princípio da legalidade penal, a tipificação de conduta como crime deve ser feita

por meio de lei em sentido material, não se exigindo, em regra, a lei em sentido formal.

23. Em relação à lei penal no tempo e à irretroatividade da lei penal, é correto afirmar que à lei penal mais

- a) severa aplica-se o princípio da ultra-atividade.
- b) benigna aplica-se o princípio da extra-atividade.
- c) severa aplica-se o princípio da retroatividade mitigada.
- d) severa aplica-se o princípio da extra-atividade.
- e) benigna aplica-se o princípio da não ultra-atividade.

24. João Carlos, 30 anos, brasileiro, com residência transitória na Argentina, aproveitando-se da aquisição de material descartado por uma indústria gráfica falida, passou a fabricar moeda brasileira em território argentino. Para garantir a diversidade da moeda falsificada, João imprimia notas de 50 e de 100 reais. Ao entrar em território brasileiro João foi revistado por policiais que encontraram as notas falsificadas em meio a sua bagagem. João foi acusado da prática do crime previsto no artigo 289 do Código Penal.

De acordo com as teorias que informam a aplicação da lei penal brasileira no espaço, é correto dizer que, nesse caso, cabe a aplicação

- a) da extraterritorialidade, já que o fato ocorreu em território argentino.
- b) condicionada da lei brasileira, pelo fato de a conduta ter sido cometida em território argentino.
- c) da lei argentina, em atenção à regra da territorialidade, uma vez que o crime fora praticado na Argentina.
- d) incondicionada da lei brasileira, uma vez que o crime cometido atenta contra a fé pública.

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

e) condicionada da lei brasileira, já que a conduta integra dois ordenamentos jurídicos.

25. João comete um crime no estrangeiro e lá é condenado a 4 anos de prisão, integralmente cumpridos. Pelo mesmo crime, João é condenado no Brasil à pena de 8 anos de prisão. João

a) cumprirá 8 anos de prisão no Brasil, uma vez que o Brasil não reconhece pena cumprida no estrangeiro.

b) não cumprirá pena alguma no Brasil, uma vez já punido no país em que o crime foi cometido.

c) não cumprirá pena alguma no Brasil caso de trate de país com o qual o Brasil tem acordo bilateral para reconhecer cumprimento de pena.

d) ainda deverá cumprir 4 anos de prisão no Brasil.

e) cumprirá 8 anos de prisão no Brasil, uma vez que para essa quantidade de pena não se reconhece o cumprimento no estrangeiro.

26. NÃO é um elemento do tipo culposo de crime:

a) Conduta involuntária.

b) Inobservância de dever objetivo de cuidado.

c) Previsibilidade objetiva.

d) Tipicidade.

e) Resultado lesivo involuntário.

27. O erro accidental não afasta o dolo do agente, podendo ocorrer em algumas situações. Qual das hipóteses está CORRETA?

a) Erro sobre o objeto quando o autor, ao tentar matar o inimigo, por erro na pontaria mata outra pessoa.

b) Erro sobre o curso causal, quando o autor, ao tentar matar a vítima por afogamento e ao arremessar a vítima de uma ponte, esta bate na estrutura falecendo de traumatismo.

c) Erro sobre a pessoa no caso do autor que, ao tentar causar dano, atira uma pedra contra uma loja, e por erro atinge uma pessoa.

d) Erro na execução (aberratio ictus) quando, por exemplo, o autor, ao subtrair uma saca de café, pensa ser uma saca de açúcar.

e) Resultado diverso do pretendido, quando o autor, ao desejar matar seu filho, causa a morte de seu funcionário.

28. A legítima defesa e o estado de necessidade possuem similitudes que as os enquadram como excludentes de ilicitude. Não obstante, suas diferenças implicam em modalidades diversas com conceitos distintos. Em relação à comparação da legítima defesa e do estado de necessidade, marque a alternativa correta.

a) Em relação ao estado de necessidade, diferentemente da legítima defesa, qualquer excesso será punível, já que nos casos em que ocorre a legítima defesa não há punição para eventuais excessos na tutela do bem jurídico do agredido injustamente.

b) Na legítima defesa, assim como no estado de necessidade, somente é admitido o excesso culposo.

c) No caso do estado de necessidade, é cabível uma agressão injusta na defesa de bem jurídico menos relevante. Já no caso da legítima defesa, a preservação de bens jurídicos de mesmos valores é promovida pelo uso da força de quem inicia agressão.

d) A legítima defesa é uma garantia que permite a defesa de interesse legítimo por parte de quem sofre a agressão injusta a um bem jurídico. Não obstante os interesses em conflito no caso de estado de necessidade, todos os interesses são considerados legítimos ao se tratar de oposição de bens jurídicos de mesmo valor.

e) De acordo com o conceito analítico de crime, para a verificação da atipicidade da conduta, a legítima defesa e o estado de necessidade devem ser observados para confirmar se a conduta é ou não típica.

29. JOSÉ e PEDRO têm o mesmo desafeto, no caso, MEVIO. Mas desconhecem tal fato. Contratam pistoleiros para matar MEVIO. O pistoleiro, contratado por PEDRO se armou com um revólver, e o contratado por JOSÉ com uma pistola. Ocorre que fizeram uma tocaia no mesmo local e momento. Os dois atiram simultaneamente em MEVIO. O pistoleiro de JOSÉ atinge o coração de MEVIO e o de PEDRO atinge a perna de forma leve. Há prova de que o projétil usado pelo contratado por JOSÉ foi o causador da morte da vítima. PEDRO confessou ter mandado atirar em MEVIO. Com relação ao caso,

- a) JOSÉ e PEDRO devem responder por homicídio.
- b) JOSÉ responde por homicídio consumado.
- c) JOSÉ e PEDRO devem responder por tentativa de homicídio.
- d) JOSÉ e PEDRO respondem por homicídio em coautoria.
- e) JOSÉ responde por tentativa de homicídio.

30. A extinção da punibilidade significa o desaparecimento do poder de punir do Estado em relação a fatos definidos como crimes, pela ocorrência de eventos, situações ou acontecimentos determinados na lei como causas de extinção da punibilidade (art. 107, CP).” (SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal Parte Geral. 5ª ed., Florianópolis: Conceito, 2012). Tendo em vista as causas de extinção de punibilidade conhecidas em âmbito de Direito Penal, assinale a alternativa correta com relação ao indulto.

- a) pode ser delegado pelo Presidente da República aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Defensor Público-Geral Federal.
- b) seus efeitos atingem quaisquer crimes previstos no ordenamento jurídico pátrio.
- c) o indulto individual ou graça depende exclusivamente, para sua concessão, de pedido provocado por petição do condenado.
- d) é atribuição privativa do Presidente da República, podendo ser delegada, na forma estabelecida na Constituição Federal, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.
- e) trata-se de benefício concedido exclusivamente pelo Presidente da República por meio de lei delegada.

31. João subtraiu um celular de Maria, no dia 24/12/2019, mediante grave ameaça consistente na promessa de ofender sua integridade corporal, exercida com o emprego de uma faca de 22 cm de lâmina. A ação foi percebida por guardas municipais, em patrulhamento, que detiveram João de imediato, ainda com a faca na mão e com

o celular subtraído. A tipicidade adequada dessa conduta é:

- a) roubo simples tentado;
- b) roubo simples consumado;
- c) roubo qualificado pelo emprego de arma;
- d) roubo qualificado pelo emprego de arma branca, tentado;
- e) roubo qualificado pelo emprego de arma branca, consumado.

32. Em relação à aplicação da lei penal é CORRETO afirmar que:

- a) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes cometidos contra a vida ou o patrimônio do Presidente da República;
- b) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados por brasileiro; mesmo que o fato não seja punível também no país em que foi praticado;
- c) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público;
- d) para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza privada onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras mercantes, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar;
- e) é aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou em alto-mar.

33. JOÃO e JOSÉ estão na praia e resolveram entrar no mar. Em determinado momento eles começam a se afogar. Havia naquele local um salva-vidas que, ao avistar apenas JOÃO, notou que ele era seu desafeto e se recusou a salvá-lo; próximo a eles havia também um surfista, este avistou apenas JOSÉ pedindo socorro, mas, por ser seu inimigo, não atendeu aos pedidos dele, resolvendo sair do local. As duas pessoas acabam se afogando e morrendo. Em relação ao caso, qual das alternativas abaixo está CORRETA?

- a) O salva-vidas responde por homicídio doloso por omissão.
- b) O salva-vidas responde por omissão de socorro.
- c) O surfista responde por homicídio doloso por omissão.
- d) A conduta do surfista é atípica.
- e) O surfista responde por homicídio culposo.

34. Agindo em legítima defesa,

- a) o agente pode repelir por meio de uma conduta típica agressão atual e injusta a direito próprio ou de qualquer outra pessoa, desde que esta seja imputável.
- b) o agente pode repelir por meio de uma conduta típica ou atípica, agressão injusta a direito próprio ou de qualquer outra pessoa, mesmo que esta seja um criminoso.
- c) o agente pode repelir por meio de uma conduta atípica, agressão justa a direito próprio ou de qualquer outra pessoa, mesmo que esta seja um inimputável.
- d) o agente pode repelir por meio de uma conduta típica ou atípica, agressão justa a direito próprio ou de qualquer outra pessoa, desde que esta não seja um criminoso.
- e) A legítima defesa quando praticada em excesso, após cessada a agressão, implica em punição na modalidade culposa.

35. Sobre a teoria da lei penal, assinale a alternativa correta:

- a) Norma penal em branco ao revés (ao avesso/inversa) é aquela em que o complemento se dá no preceito sancionador e não no mandamento proibitivo.
- b) as leis penais em branco são identificadas pela definição normativa do preceito que deve ser complementado por outra norma e não se diferenciam das leis penais incompletas.
- c) as normas penais em branco necessitam de complementação por atos legislativos para aperfeiçoar a tipicidade, como ocorre com todos os tipos culposos.
- d) os crimes de tráfico de drogas (Lei 11.343/06, art. 33), de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Lei 10.826/03, art. 16, caput) são exemplos típicos de tipos penais abertos;
- e) Norma penal em branco heterogênea ou em sentido estrito, é aquela cujo complemento é proveniente da própria fonte legislativa que editou a norma que carece desse complemento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

36. Acerca das medidas assecuratórias, assinale a alternativa incorreta:

- a) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.
- b) A medida de sequestro é autorizada ainda antes do oferecimento da denúncia.
- c) Para decretação do sequestro de bens não é exigida condenação, mas tão somente a

existência de indícios veementes de proveniência ilícita dos bens.

- d) Realizado o sequestro, o juiz ordenará a sua inscrição no Protesto de Títulos e Registro de Imóveis.
- e) O sequestro será levantado se a ação penal não for intentada no prazo de sessenta dias, contado da data em que ficar concluída a diligência.

37. Sobre o incidente de insanidade mental, assinale a alternativa incorreta:

- a) Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal.
- b) O exame não durará mais de quarenta e cinco dias, salvo se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.
- c) O exame poderá ser ordenado em qualquer fase da persecução penal, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente.
- d) O incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.
- e) O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.

38. Sobre a defesa e as provas no processo penal, assinale a alternativa correta:

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

- a) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, pois em situação de alegada autodefesa.
- b) O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito, inclusive vedada a breve consulta a apontamentos.
- c) O silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz.
- d) Se o ofendido for intimado para prestar declarações, porém deixar de comparecer sem motivo justo, não poderá ser conduzido à presença da autoridade por conta do posicionamento do STF acerca da não recepção constitucional do instituto da condução coercitiva no Brasil.
- e) Tanto a busca e apreensão domiciliar quanto a pessoal exigem mandado judicial autorizativo.

39. Assinale a alternativa correta face às disposições legais vigentes e ao entendimento dos tribunais:

- a) Compete ao foro do local da recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.
- b) No caso em que a vítima, induzida em erro, efetuou depósito em dinheiro e/ou transferência bancária para a conta de terceiro (estelionatário), a obtenção da vantagem ilícita ocorreu quando o estelionatário se apossou do dinheiro, ou seja, no momento em que a quantia foi depositada em sua conta.
- c) Nos crimes previstos no art. 171 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando praticados mediante depósito, mediante emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos em poder do sacado ou com o pagamento frustrado ou mediante transferência de valores, a competência será definida pelo local

do domicílio da vítima, e, em caso de pluralidade de vítimas, a competência firmar-se-á pela prevenção.

- d) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.
- e) O foro de domicílio da vítima não serve, em nenhuma hipótese para fixação de competência territorial, uma vez que não foi elencado no rol do art. 69 do CPP.

40. São incumbências atribuídas à Autoridade Policial no decorrer do desempenho da atividade de Polícia Judiciária, exceto:

- a) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.
- b) realizar as diligências requisitadas pelo juiz, Ministério Público ou Secretário de Segurança Pública.
- c) cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias.
- d) representar acerca da prisão preventiva.
- e) Instaurar os inquéritos policiais correspondentes aos fatos apurados mediante ação penal pública.

41. Sobre cadeia de custódia e a prova pericial, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte;
- b) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, sem necessidade de responder aos quesitos formulados pela autoridade;

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

- c) O exame de corpo de delito somente poderá ser feito em dia útil da semana e a qualquer hora;
- d) A autópsia será feita pelo menos oito horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto;
- e) Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.

42. Sobre o tema Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial poderá colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, o indiciado e as testemunhas poderão requerer qualquer diligência, que deverá ser realizada pela autoridade no curso do inquérito policial.
- c) Do despacho da autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso para o juiz competente no prazo de 05 (cinco) dias.
- d) De acordo com os prazos previstos no Código de Processo Penal, caso o indiciado esteja preso, em flagrante, preventiva ou temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 10 dias, mas se o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 30 dias.

- e) Incumbirá à autoridade policial representar pela prisão preventiva durante a fase de investigação policial.

43. Acerca da Prova no Processo Penal, assinale a assertiva correta.

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
- b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- d) O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.
- e) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, mas não precisarão responder aos quesitos formulados.

44. Sobre prisões, assinale o item correto.

- a) Nas hipóteses de captura em flagrante delito, o preso deve ser apresentado à autoridade policial da localidade onde se deu a detenção. Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar onde o crime se consumou.
- b) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito somente após cessar a permanência.
- c) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público,

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

- do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- d) Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

45. Conforme a Jurisprudência dos Tribunais Superiores, o emprego de algemas é:

- a) Excepcional, mas pode ser justificado oralmente ou por escrito em circunstâncias concretas específicas;
- b) Facultado somente em hipóteses de prisões definitivas, portanto vedado nas prisões cautelares, em decorrência do princípio da presunção de não culpabilidade;
- c) Ensejará responsabilidade disciplinar, civil e penal do Estado e da autoridade que o determinar;
- d) Apesar de ilegal, não admite a anulação dos atos processuais relacionados à prisão;
- e) É lícito nas hipóteses de resistência, fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade somente por escrito.

46. Quanto à busca e apreensão, assinale a alternativa incorreta:

- a) Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para prender criminosos;
- b) A busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes;

- c) Não será permitida a apreensão de documento em poder do defensor do acusado, salvo quando constituir elemento do corpo de delito;
- d) A autoridade ou seus agentes poderão penetrar no território de jurisdição alheia, ainda que de outro Estado, quando, para o fim de apreensão, forem no seguimento de pessoa ou coisa, independente de apresentação à autoridade local competente, conforme a urgência desta.
- e) A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.

47. Acerca do Direito Processual Penal, julgue os itens a seguir.

- I) A acareação será admitida apenas entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
- II) A fotografia do documento, mesmo que devidamente autenticada, não alcançará o mesmo valor do original.
- III) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- IV) A prisão preventiva em nenhum caso será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato acobertado por alguma das excludentes de ilicitude.

Assinale a sequência correta:

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, F, V, V.
- e) V, V, V, F.

48. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- b) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
- c) O depoimento será prestado oralmente, sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.
- d) Se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, tal fato não precisará ser consignado no termo.
- e) A regra no processo penal é a realização do interrogatório do réu preso na sede do juízo em sala própria de audiência.

49. Assinale a alternativa mais adequada às disposições normativas referentes ao processo penal brasileiro:

- a) O instituto da audiência de custódia no Brasil ainda não encontra amparo legal, restando sua regulamentação exclusiva em atos normativos do Conselho Nacional de Justiça e Tribunais Regionais;
- b) Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia;
- c) A execução da pena pode se deflagrar a partir da confirmação da condenação por deliberação de órgão colegiado de 2º grau de jurisdição;
- d) O juiz não pode decretar nem revogar de ofício medidas cautelares diversas da prisão;
- e) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar apenas na hipótese de que não

tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.

50. Acerca das disposições normativas referentes ao processo penal brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) Se várias forem as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, cada uma fará a prova em separado, evitando-se qualquer comunicação entre elas.
- b) A prisão em virtude de mandado entender-se-á feita desde que o executor, fazendo-se conhecer do réu, lhe apresente o mandado e o intime a acompanhá-lo.
- c) A *notitia criminis* indireta ou de cognição mediata ocorre quando a autoridade policial toma conhecimento do fato criminoso por intermédio de uma terceira pessoa que comunica a sua ocorrência.
- d) Acerca do processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, pode-se afirmar que nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- e) Carla foi vítima de calúnia praticada por Norma e Judite. Bastante chateada com o ocorrido, Carla, no mesmo dia em que sofreu a calúnia, foi atrás das providências necessárias para que fosse proposta a ação penal cabível ao caso, porém o fez apenas contra Norma, pois Judite era melhor amiga de sua irmã. Na situação narrada acima, ocorreu retratação.

LEGISLAÇÃO PENAL

Rafael Dantas

51. Quanto aos crimes tributários, descritos no art. 1º, da Lei 8137/90, é correto afirmar que:

- a) O prazo prescricional tem início após a prática do último ato executório;
- b) A tipificação acontece após a consolidação regular e definitiva do crédito tributário;
- c) Independem de resultado, pois têm a fraude como essência;
- d) Compõem concurso material com eventuais delitos de falso praticados visando a prática fraudulenta;
- e) Nenhuma das alternativas

52. Pedro foi flagrado na posse ilegal de arma de fogo, um revólver de calibre 38 e sem munições. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) Não há crime, pois não houve perigo concreto;
- b) Como se trata de apenas uma arma e sem munições, em tese, cabe a aplicação do princípio da insignificância;
- c) Houve crime, pois trata-se de delito de perigo abstrato;
- d) houve crime, porém, aplica-se uma forma privilegiada, haja vista a arma não estar apta a disparar sem munições.
- e) Nenhuma das alternativas

53. Para a realização da prisão em flagrante do delito de tráfico de drogas, previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/06:

- a) exige-se alto grau de pureza da substância apreendida;
- b) exige-se, no mínimo, médio grau de pureza da substância apreendida;
- c) é desnecessária a aferição do grau de pureza da substância apreendida;

- d) basta a aparência de substância entorpecente.
- e) Nenhuma das alternativas

54. No que concerne ao delito de lavagem de capitais, segundo a jurisprudência consolidada, é correto afirmar que:

- a) É desnecessário que o autor do crime de lavagem de dinheiro tenha sido autor ou partícipe da infração penal antecedente, basta que tenha ciência da origem ilícita dos bens, direitos e valores e concorra para sua ocultação ou dissimulação;
- b) Não se pune a autolavagem;
- c) O crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, tipificado no art. 1º da Lei n. 9.613/1998, não constitui crime autônomo em relação às infrações penais antecedentes.
- d) Trata-se de delito instantâneo, sempre.
- e) Nenhuma das alternativas

55. Constitui infração antecedente, apta a configurar a tipicidade para o delito de lavagem de capitais:

- a) qualquer infração penal;
- b) apenas os crimes;
- c) apenas os crimes hediondos e equiparados;
- d) apenas os crimes econômicos;
- e) Nenhuma das alternativas

56. João estava muito cansado, pois passou o sábado todo em uma festa, com muito churrasco e cerveja. Como estava embriagado, entregou a direção de seu veículo, uma motocicleta, ao seu filho, João, de 17 anos, que os conduziu até em casa, sem cometer nenhuma irregularidade no tráfego. Nessa situação, é correto afirmar que:

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

- a) como não houve nenhuma situação de perigo, não houve a prática do crime previsto no art. 310, do CTB;
- b) houve a prática do crime previsto no art. 310, do CTB, pois trata-se de delito de perigo abstrato;
- c) o fato de João estar embriagado e ter deixado de dirigir reduz sua responsabilidade criminal;
- d) caso João insistisse em dirigir, certamente teria praticado o crime de embriaguez na condução de veículo automotor.
- e) Nenhuma das alternativas

57. Assinale a alternativa correta. Para que um delito de lesão corporal seja caracterizado como praticado em situação de violência doméstica:

- a) Exige-se a coabitação;
- b) Basta qualquer relação íntima de afeto;
- c) O sujeito ativo não poder ser uma mulher;
- d) A relação deve ser heteroafetiva, necessariamente.
- e) Nenhuma das alternativas

58. Pedro Martins é um destacado estagiário de direito e atua junto a um dos maiores escritórios do país, cuja especialidade é a blindagem patrimonial. Dada a sua perspicácia, o estagiário percebeu que o escritório efetua operações de lavagem de capitais, apesar de nunca ter atuado diretamente em nenhuma delas. Nessa situação, é correto afirmar acerca da responsabilidade criminal de Pedro Martins:

- a) não será responsabilizado por nenhum delito previsto na Lei de Lavagem de Capitais;
- b) poderá responder como partícipe dos delitos que descobriu, mas não agiu para evitar o resultado;
- c) responderá por delito equiparado ao de lavagem de capitais, pois participa de escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou

secundária é dirigida à prática de crimes de lavagem de capitais.

- d) não pratica nenhum delito, pois não tem o dever legal de evitar o resultado criminoso.
- e) Nenhuma das alternativas

59. Maria Silva é detentora de porte de arma, regularmente deferido pela Polícia Federal, com relação à uma pistola de calibre .380. Dado o alto preço das munições no Brasil, ela resolveu importar uma caixa com 50 cartuchos do exterior, de maneira clandestina. Nessa situação, é correto afirmar que Maria:

- a) poderá responder apenas por descaminho, haja vista ter porte de arma;
- b) responderá pelo crime de importação de munição sem autorização legal, previsto no art. 18, da Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento);
- c) como possui porte de arma, responderá apenas pela infração tributária;
- d) responderá por porte ilegal de munições, conforme o art. 12, da Lei 10.826/03 (Estatuto do Desarmamento).
- e) Nenhuma das alternativas

60. Sobre a consumação do tráfico internacional de drogas, é correto afirmar que:

- a) exige-se a efetiva transposição de fronteiras;
- b) basta a comprovação de que a substância tinha como destino ou origem outro país;
- c) basta a comprovação de que a substância tinha como destino ou origem outro estado do Brasil;
- d) basta a comprovação de que algum estrangeiro participou de alguma fase do crime.
- e) Nenhuma das alternativas

DIREITO CIVIL

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

61. Ana Luíza, conta com 32 anos e possui deficiência cognitiva moderada. João, seu irmão, tem 17 anos, porém, foi emancipado pelos pais. Maria, a irmã mais nova, tem 16 anos de idade. Para que não precisassem mais depender dos pais, os três resolveram adquirir um carro. De acordo com o Código Civil de 2002, tem capacidade para a aquisição:

- a) Ana Luíza apenas, uma vez que é a única absolutamente capaz e seus irmãos relativamente incapazes.
- b) Ana Luíza e João, pois ambos são considerados absolutamente capazes.
- c) João, apenas, pois ainda que não tenha alcançado a maioridade, a emancipação o torna capaz para os atos da vida civil. Já Ana Luíza e Maria são relativamente incapazes.
- d) Ana Luíza, apenas, uma vez que seus irmãos são considerados absolutamente incapazes.
- e) Nenhum dos três, pois todos são relativamente incapazes.

62. Paulo, delegado de polícia, saiu em missão sobrevoando uma extensa área florestal. Devido à uma pane, o helicóptero que o transportava caiu em meio à uma mata extremamente fechada e perigosa. Diante dos fatos e de acordo com o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

- a) Poderá ser declarada a morte presumida de Paulo, porém, somente após a decretação de ausência.
- b) A declaração da morte presumida, no caso de Paulo, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, sendo facultado ao juiz, fixar a data provável do falecimento na sentença.
- c) Nos casos em que há alta probabilidade de morte e o local é de difícil acesso, dispensa-se as buscas e averiguações, sendo instantânea a declaração de morte presumida.

d) A declaração de morte presumida de Paulo deverá ser registrada no registro público.

e) Não será possível a declaração de morte presumida de Paulo, pois não há previsão legal para a hipótese narrada.

63. Em se tratando da responsabilidade civil, assinale a alternativa correta, segundo o entendimento do STJ e de acordo com o Código Civil de 2002:

a) A responsabilidade civil é independente da criminal, contudo, é possível o questionamento sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, mesmo quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal

b) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.

c) O direito à indenização por dano moral, por estar vinculada à direito da personalidade, não pode ser transmitida aos herdeiros, sendo vedado que estes ajuízem ou prossigam com ação indenizatória.

d) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, inclusive quando o causador do dano for descendente seu, desde que relativamente incapaz.

e) Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial implicará sucumbência recíproca.

64. Sobre a prescrição, assinale a alternativa que esteja de acordo com o Código Civil de 2002:

a) É possível que a renúncia da prescrição seja expressa ou tácita, e só valerá, se feita, sem prejuízo de terceiro.

b) Os prazos prescricionais podem, a qualquer momento, serem alterados pelas partes.

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

- c) A prescrição contra uma pessoa cessa com sua morte, não correndo, portanto, contra seus herdeiros.
- d) Corre normalmente a prescrição entre os cônjuges na constância do casamento.
- e) A interrupção da prescrição pode dar-se quantas vezes forem necessárias, desde que com a devida autorização judicial.

65. Não é requisito para que a sentença proferida no estrangeiro seja executada no Brasil:

- a) haver sido proferida por juiz competente;
- b) estar traduzida por intérprete autorizado;
- c) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal;
- d) não tenha sido verificada à revelia;
- e) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida

66. A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

- a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do

negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;

- c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- e) no caso de coação, é de dois anos o prazo de prescrição para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar.

67. Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que:

- a) no depósito voluntário, recebe o depositário um objeto móvel, para guardar, até que o depositante o reclame;
- b) é depósito necessário o que se faz em desempenho de obrigação legal;
- c) é depósito necessário o que se efetua por ocasião de alguma calamidade, como o incêndio, a inundação, o naufrágio ou o saque;
- d) o depósito voluntário provar-se-á por testemunho;
- e) o depósito necessário não se presume gratuito.

DIREITO EMPRESARIAL**Alessandro Sanchez**

68. Carlos, produtor rural, não está inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) como empresário, mas está em dia com a Declaração de Informações Fiscais de Pessoa Jurídica (DIPJ). Para requerer a recuperação judicial deverá comprovar o exercício de sua atividade há mais de

- a) 1 ano.
- b) 5 anos.

- c) 2 anos.
- d) 3anos
- e) Carlos não poderá pedir recuperação judicial nessas condições.

69. O endosso e aval são atos típicos dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito dos atos cambiários, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) O aval não admite a forma parcial.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.
- e) O aval posterior ao vencimento é considerado tardio.

70. Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

- a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.
- b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.
- c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que aposto de maneira inequívoca no título.
- d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.
- e) no cheque, o aval deve ser dado, exclusivamente, no verso do título.

DIREITOS HUMANOS

Rafael Barreto

71. Considerando a teoria geral dos direitos humanos, é correto afirmar que:

- a) Os Direitos Humanos de defesa relacionam-se com a prerrogativa de a pessoa solicitar uma

conduta ativa do Estado a fim de promover seus direitos fundamentais.

- b) A compreensão moderna de Direitos Humanos é marcada pela universalidade e pela divisibilidade desses direitos.
- c) Os adeptos do positivismo jurídico defendem que os direitos humanos são direitos inatos à pessoa, que decorrem da sua própria condição de ser humano.
- d) A partir de um resgate da visão kantiana, a única condição exigida para que alguém seja titular de Direitos Humanos é sua condição de ser humano.
- e) As expressões “direitos humanos” e “direitos fundamentais” são sinônimas, e indica o conjunto de direitos que materializam a dignidade da pessoa humana.

72. Sobre as características dos direitos humanos, é correto afirmar que são direitos:

- a) universais, porque atribuídos a todos os seres humanos, ressalvados os que estejam em situação de apatridia.
- b) irrenunciáveis, pois não se perdem com a passagem do tempo.
- c) imprescritíveis, porque não têm dimensão pecuniária para fins comerciais.
- d) restringíveis, pois podem ser objeto de restrições por parte do legislador
- e) naturais, emanados de autoridade superior, que surgiram todos de uma vez.

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

73. Sobre a incorporação dos tratados de direitos humanos ao ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar:

- a) A Constituição brasileira de 1998 estabelece que o ato internacional necessita, para sua conclusão no Brasil, da colaboração dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- b) A iniciativa da celebração de tratados é competência do Procurador-Geral da República.
- c) Os tratados de Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como é o caso do Tratado de Marraqueche.
- d) Os tratados de Direitos Humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais, como é o caso do Pacto de San José da Costa Rica
- e) Os tratados de Direitos Humanos devidamente ratificados perante o órgão internacional entram em vigor no Brasil automaticamente.

74. Dos tratados de direitos humanos abaixo relacionados, o único que não foi aprovado no Congresso Nacional pelo rito especial do art. 5º, § 3º, da Constituição, é:

- a) Convenção Interamericana sobre o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância.
- b) Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- c) Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
- d) Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

d) Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso.

75. Acerca da Declaração Universal de Direitos Humanos, é correto afirmar que:

- a) É um documento internacional que pertence ao sistema regional de proteção dos direitos humanos.
- b) A Declaração constituiu um marco decisivo no processo de generalização da proteção dos direitos humanos, permanecendo como fonte de inspiração e ponto de irradiação e convergência dos instrumentos de direitos humanos em níveis global e regional.
- c) Consagra apenas direitos humanos relativos às liberdades civis e políticas
- d) Consagra apenas direitos humanos relativos às liberdades econômicas, sociais e culturais.
- e) Estabelece direitos civis e políticos, direitos econômicos, sociais e culturais e direitos ambientais.

76. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é considerada o documento fonte do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Em seu texto, o documento consagra uma série de direitos, dentre os quais NÃO se inclui:

- a) o direito de todo ser humano, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir seus direitos e deveres ou fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
- b) Direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

- c) Direito de não ser mantido em escravidão ou servidão
- d) Direito de acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos em duplo grau de jurisdição no caso de ações propostas diretamente no Supremo Tribunal Federal.
- e) Direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

77. Acerca da prática de tortura, e da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, é incorreto afirmar que:

- a) O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura, ocorridos durante o Regime Militar de exceção, são prescritíveis.
- b) O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de tortura, ocorridos durante o Regime Militar de exceção, são imprescritíveis.
- c) A declaração prestada sob tortura não poderá ser invocada como prova em qualquer processo, exceto contra uma pessoa acusada de tortura como prova de que a declaração foi prestada.
- d) O termo “tortura” designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões.
- e) Cabe ao Estado Parte assegurar que todos os atos de tortura sejam considerados crimes segundo a sua legislação penal.

78. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) O STF entende que não há impedimento a que um brasileiro seja processado e julgado no Brasil

pelos mesmos fatos pelos quais fora condenado em ação penal já transitada em julgado sob a jurisdição de outro Estado.

- b) O Supremo Tribunal Federal julgou incompatível com a Constituição da República e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos o tipo penal do desacato, previsto no art. 331 do Código Penal brasileiro.

c) Nos termos do decidido liminarmente pelo Supremo Tribunal Federal, por força do Pacto dos Direitos Civis e Políticos, da Convenção Interamericana de Direitos Humanos e como decorrência da cláusula do devido processo legal, a realização de audiência de apresentação é de observância obrigatória.

d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, não há obrigatoriedade do Estado brasileiro em adotar medidas para garantir o pleno exercício do direito de propriedade de comunidades formadas por descendentes de escravos fugitivos sobre as terras tradicionais com as quais mantêm relações territoriais.

e) Segundo entendimento do STF, admite-se a prisão civil do depositário infiel, pois expressamente autorizada pela Constituição Federal.

79. Acerca da prática de racismo e da injúria racial, considerando a Constituição brasileira e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Conforme o texto constitucional, a prática de racismo constitui crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia
- b) Conforme o texto constitucional, a prática de racismo constitui crime imprescritível e insuscetível de graça ou anistia
- d) Conforme o texto constitucional, a injúria racial, assim como a prática de racismo, constitui crime inafiançável e imprescritível.

d) A Constituição estabelece que a prática de racismo constitui crime imprescritível, mas não prevê essa adjetivação para a injúria racial, motivo pelo qual a imprescritibilidade aplica-se somente ao crime de racismo.

e) Apesar de a Constituição estabelecer a imprescritibilidade apenas para o crime de racismo, o Supremo Tribunal Federal adotou entendimento de que o crime de injúria racial configura um dos tipos penais de racismo e, assim, é imprescritível

80. Acerca da Corte Interamericana de Direitos Humanos e da responsabilidade internacional do Brasil, considerando o caso "José Airton Honorato (Castelinho)", é incorreto afirmar que:

a) O caso *José Airton Honorato* apura a responsabilidade internacional do Estado Brasileiro por uma série de atos que culminaram nos assassinatos de José Airton Honorato e mais onze pessoas, por agentes policiais do Estado de São Paulo numa operação realizada no ano de 2002, e pela situação de impunidade em relação aos fatos.

b) A Comissão Interamericana de direitos humanos concluiu que os assassinatos ocorrem no contexto de uma série de práticas ilegais realizadas por agentes públicos no âmbito da luta contra o crime organizado, destacando-se o recrutamento de presos condenados, através de promessas de proteção às suas famílias e até de soltura antecipada, e que eram liberados por decisões judiciais para atuar como informantes em organizações criminais, utilizando recursos proporcionados pela própria polícia.

c) Em 5 de março de 2002, nas proximidades da cidade de Sorocaba, São Paulo, a Polícia Militar realizou uma operação contra o "Primeiro Comando da Capital" (PCC), principal organização criminosa da cidade. A operação, conhecida como "Castelinho", nome da

localidade na qual foi realizada, instruiu ex-presos informantes a enganarem o PCC sobre a existência de um avião com dinheiro que chegaria ao aeroporto de Sorocaba. A Polícia Militar cercou o lugar com aproximadamente cem policiais e, sem a presença de testemunhas que pudessem questionar a versão oficial, promoveu um tiroteio que foi justificado como um ato de resistência a um grupo que viajava em um ônibus. Como resultado da operação, na qual foram realizados mais de 700 disparos, foi ferido um policial com lesões leves e morreram as doze vítimas do caso.

d) Em 5 de março de 2002, nas proximidades da cidade de Sorocaba, São Paulo, a Polícia Militar realizou uma operação contra o "Primeiro Comando da Capital" (PCC), principal organização criminosa da cidade. A operação, conhecida como "Castelinho", nome da localidade na qual foi realizada, instruiu ex-presos informantes a enganarem o PCC sobre a existência de um avião com dinheiro que chegaria ao aeroporto de Sorocaba. A Polícia Militar cercou o lugar com aproximadamente cem policiais e, sem a presença de testemunhas que pudessem questionar a versão oficial, promoveu um tiroteio que foi justificado como um ato de resistência a um grupo que viajava em um ônibus. Como resultado da operação, na qual foram realizados mais de 700 disparos, foi ferido um policial com lesões leves e morreram as doze vítimas do caso, dentre elas José Airton Honorato, mas nenhuma pessoa veio a falecer.

e) A Corte Interamericana de Direitos Humanos, julgando o caso, reconheceu a responsabilidade internacional do Estado Brasileiro e condenou o País e indenizar os familiares das vítimas.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

81. Quanto à responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, ou seja, não depende de culpa ou dolo, ante o princípio da proteção integral do meio ambiente.
- b) A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, não depende de culpa ou dolo, e é pessoal, estando restrita a quem causou o dano.
- c) O STJ não admite o ressarcimento pelo dano moral coletivo ambiental, ante a falta de possibilidade de individualização dos atingidos.
- d) A responsabilidade civil ambiental, por ser objetiva, dispensa a presença do nexo de causalidade entre a conduta e o resultado.
- e) O STJ não aplica a teoria da dupla imputação na responsabilidade penal ambiental.

82. O órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA é:

- a) O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- b) O Conselho de Governo.
- c) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.
- d) O Ministério do Meio Ambiente.
- e) A Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

83. Quanto à proteção do meio ambiente na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações

discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

- b) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.

- c) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, facultando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

- d) Incumbe ao poder público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de qualquer degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

- e) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução exigida pelo Chefe do Poder Executivo.

84. Assinale a alternativa correta quanto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

- a) O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na legislação.

- b) A estação ecológica pertence ao grupo de proteção integral.

- c) O Parque Nacional pode ser composto por posse e domínio públicos ou privados.

- d) A reserva particular do patrimônio natural pertence ao grupo de proteção integral.

- e) A Área de Proteção Ambiental é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas.

85. Quanto à competência ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A competência material ambiental é concorrente entre União, Estados e DF.
- b) A competência legislativa ambiental é exclusiva da União.
- c) A competência legislativa ambiental é concorrente entre Estados, DF e Municípios.
- d) No âmbito da competência material ambiental, lei complementar fixa normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- e) No âmbito da legislação concorrente ambiental, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, e essa competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

86. Quanto ao instituto da servidão ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a área de preservação permanente.
- b) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- c) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, mas não pode ser instituída em caráter perpétuo.
- d) Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula do imóvel serviente.
- e) É permitida, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

87. Quanto à responsabilidade criminal ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) Não deixa de ser crime o abate de animal, mesmo quando realizado por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
- b) Uma das penas restritivas de direitos da pessoa jurídica é a proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações, que não poderá exceder o prazo de dez anos.
- c) Em decorrência de sua gravidade, a demolição de obra não está entre as sanções administrativas decorrentes de infrações ambientais.
- d) Considera-se infração administrativa ambiental toda ação, excluída a atuação omissiva, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
- e) Constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das demais normas protetivas.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

88. Assinale a alternativa que corresponde à figura fundamental da imagem a seguir:



- a) Verticilo.
- b) Presilha interna.
- c) Presilha externa.

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

- d) Arco.
- e) Delta.

89. Assinale a alternativa correta quando às perícias:

- a) A autópsia é feita pelo menos seis horas após o óbito, sem exceções.
- b) Em alguns casos, bastará o exame externo do cadáver.
- c) Via de regra, o juiz ficará adstrito ao lado apresentado pelo perito.
- d) A confissão do acusado supre o exame de corpo de delito.
- e) Mesmo se houver divergência entre os peritos, eles elaborarão laudo em conjunto.

90. A putrefação, independentemente da velocidade em que ocorra, via de regra, obedece a quatro períodos distintos. Assinale a alternativa que não contém um dos períodos da putrefação

- a) Período coliquativo.
- b) Período de maceração.
- c) Período cromático.
- d) Período enfisematoso.
- e) Período de esqueletização.

91. São considerados ferimentos contusos abertos, EXCETO:

- a) Escoriação.
- b) Esmagamento.
- c) Víbice.
- d) Encravamento.
- e) Empalamento.

92. A rigidez cadavérica inicia-se entre uma e duas horas após a morte a partir da mandíbula e da nuca. A estabilização e a dissolução iniciam-se, respectivamente após:

- a) 6 horas – 24 horas.
- b) 12 horas – 48 horas.
- c) 24 horas – 48 horas.
- d) 8 horas – 24 horas.
- e) 12 horas – 48 horas.

93. A embriaguez é intoxicação alcoólica, ou por substância de efeitos análogos, aguda, imediata e passageira. Divide-se a embriaguez em três fases, dentre elas temos uma fase que constitui periculosidade, tornando o ébrio insolente e agressivo, a qual é dado o nome:

- a) Fase de excitação ou subaguda.
- b) Fase convulsiva.
- c) Fase patológica.
- d) Fase comatosa ou superaguda.
- e) Fase de confusão ou aguda.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

94. A respeito da política criminal, da criminologia e do direito penal, julgue os itens subsequentes.

Simulado de nivelamento para Delegado – 04/12/2021

I Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.

II A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

III O direito penal é ciência do “ser”, na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.

IV A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

95. Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) Clássica se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.
- b) A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Raffaele Garofalo.
- c) Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra “O Homem Delinquente”.
- d) A Escola Clássica se valia do método indutivo-experimental para investigar a Criminogênese.

e) Foram defensores da Escola Clássica Marquês de Beccaria e Francesco Carrara.

96. Segundo os estudos da Vitimologia, o sofrimento da vítima não se limita ao episódio criminoso traumático por ela suportado, alcançando outras fases que podem agravar ainda mais o seu sofrimento. O tema foi sistematizado por meio dos chamados processos de vitimização. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) A Vitimização Primária decorre, por exemplo, da omissão de familiares e amigos em amparar a vítima após ter sofrido as consequências nefastas do crime.
- b) A Sobrevitimização decorre do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se do constrangimento suportado pela vítima diante dos procedimentos regulares (ou irregulares) das instâncias formais de controle social (polícias, ministério público, poder judiciário, etc.).
- c) A Vitimização Terciária ocorre no momento em que a vítima sofre diretamente os impactos da conduta criminoso do delinquente, como no caso do momento do estupro.
- d) A Vitimização Quaternária ocorre quando familiares e amigos sofrem ao saber que algum ente próximo foi vítima de assalto.
- e) O dano moral suportado por vítima de calúnia, difamação ou injúria caracteriza a chamada vitimização indireta.

97. Em relação à Macrossociologia Criminal, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria crítica é uma das mais importantes teorias do conflito. Surgiu na década de 60 nos Estados Unidos da América e tem, como um de seus principais autores, Howard Becker, e é responsável por culpar o sistema de justiça criminal como criminógeno, sob o fundamento de que realiza rotulações seletivas de criminosos.

- b) As teorias da anomia e da associação diferencial são exemplos de teorias do conflito.
- c) A Escola de Chicago se caracteriza pelo não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo.
- d) Exercem o controle social informal o conselho tutelar, a igreja, o delegado de polícia, e a família.
- e) A teoria da associação diferencial, segundo a qual o indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base no aprendizado por meio de exemplos e nas influências que possui, explica, segundo Edwin Sutherland, os chamados crimes de colarinho-branco.

98. Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

- I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.
- II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.
- III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.
- IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos. Assinale a alternativa correta:
 - a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
 - b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
 - c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
 - d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
 - e) Somente a alternativa I é verdadeira.

99. Assinale a alternativa correta sobre os modelos de reação do delito, levando em consideração o sistema de justiça criminal brasileiro e o papel da polícia judiciária.

- a) Os protagonistas do modelo restaurador de reação do delito são o Estado e o delinquente, restando excluídos a vítima e a sociedade.
- b) A Lei 9.099/95 foi considerada um significativo avanço no aprimoramento e implementação de medidas ligadas aos modelos ressocializador e restaurador, uma vez que prevê a possibilidade de aplicação de medidas restritivas alternativas à prisão, a fim de reduzir o encarceramento, bem como admite a conciliação e reparação do dano.
- c) O modelo restaurador de reação ao delito impõe que o ponto central do sistema de justiça deve ser a reinserção do condenado a fim de que a pena tenha uma utilidade social, qual seja, recuperar o criminoso.
- d) A Lei de Drogas (Lei 11.343/06) prevê a possibilidade da justiça terapêutica, que consiste na aplicação de tratamento ao usuário de drogas, visando sua recuperação, afastando o modelo de aplicação de pena privativa de liberdade. Tal medida é decorrente do modelo dissuasório de reação ao crime.

e) O modelo restaurador de reação ao delito intervém na vida e pessoa do delincente. Praticando o delito estará sujeito a uma punição, cuja finalidade não se limita ao castigo, indo mais longe, pois procura a reinserção social. Desta maneira, a participação da sociedade é muito importante nesse processo de forma a prevenir e afastar estigmas.

100. O controle social compreende o conjunto de instituições, estratégias e sanções (legais e/ou sociais), cuja função é promover e garantir a submissão do indivíduo aos modelos e normas sociais. Ele é composto de numerosos sistemas normativos (a ética, o Direito civil, o Direito trabalhista etc.), diversos órgãos ou agentes (a família, a igreja, os partidos políticos, os sindicatos, a Justiça etc.), variadas estratégias de atuação ou respostas (repressão, prevenção, ressocialização etc.), diferentes modalidades de consequências (positivas e negativas); e

particulares destinatários (estratos sociais desfavorecidos, estratos sociais privilegiados, criminoso potencial, vítima potencial etc.). No que toca ao controle social, analise as proposições abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

- I São agentes do controle social informal a família, a escola, a profissão e a opinião pública.
 - II Exercem o controle social formal a polícia, a justiça penal e a administração penitenciária.
 - III O controle social de primeira seleção é exercido pelo Ministério Público, com o ajuizamento da ação penal.
 - IV O controle social de terceira seleção decorre do processo judicial.
 - V O controle social formal de primeira seleção representa a atuação dos órgãos de repressão policial.
- a) Estão corretas todas as assertivas
 - b) Está correta apenas 1 das assertivas
 - c) Estão corretas 2 assertivas
 - d) Estão corretas 4 assertivas
 - e) Estão incorretas todas as assertivas

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Nivelamento-Delegado-04-12>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
